

## Como pode o “Outro” narrar? Considerações sobre viver, fazer e escrever na Antropologia.

*How can the "Other" narrate? Considerations about living, doing and writing in Anthropology.*

*¿Cómo puede narrar el "Otro"? Consideraciones sobre vivir, hacer y escribir en Antropología.*

*Ana Clara Sousa Damásio dos Santos<sup>1</sup>*

*Recebido em: 05/11/2020*

*Aceito em: 21/04/2021*

### **Resumo**

A partir de pesquisa de campo realizada em Canto do Buriti-PI durante três meses de 2019 para a elaboração da dissertação de mestrado questões que envolviam narrar com e sobre parentes-interlocutoras ganharam força. Afinal, como eu poderia narrar sendo parte daquela família? Como me distanciar? Como estranhar? Eu tinha que construir um “Outro” artificial mesmo sendo parte integrante dele? Após o campo processos que me mobilizavam desde o início da graduação tomaram forma. Nesse sentido, esse texto busca fazer-refletir, analisar e realizar considerações acerca do processo que envolve viver, fazer, escrever e narrar com e a partir da antropologia quando se é o “Outro”.

**Palavras-chave:** Narrativa, Etnografia, Antropologia, Alteridade, Posicionalidade.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). É Mestranda em Antropologia pelo PPGAS (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Ser-Tão / Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade – Faculdade de Ciências Sociais (FCS/UFG). E-mail para contato: [anaclarasousadamasio@gmail.com](mailto:anaclarasousadamasio@gmail.com)

## **Abstract**

From the field held in Canto do Buriti-PI during three months of 2019 for the elaboration of the master's thesis questions that involved narrating with and about relatives-interlocutors gained strength. After all, how could I narrate being part of that family? How do I distance myself? How to wonder? Did I have to build an artificial “Other” even though I was an integral part of it? After the field, processes that mobilized me since the beginning of graduation took shape. In this sense, this article seeks to reflect, analyze and make considerations about the process that involves living, doing, writing and narrating with and from anthropology when one is the “Other”.

**Keywords:** Narrative, Ethnography, Anthropology, Alterity, Positionality.

## **Resumen**

Desde el campo realizado en Canto do Buriti-PI durante tres meses de 2019 para la elaboración de la tesis de maestría cobraron fuerza cuestiones que implicaban narrar con y sobre familiares-interlocutores. Después de todo, ¿cómo podría narrar que soy parte de esa familia? ¿Cómo me distancio? ¿Cómo preguntarse? ¿Tuve que construir un “Otro” artificial a pesar de que era parte integral de él? Después del campo se concretaron procesos que me movilizaron desde el inicio de la graduación. En este sentido, este artículo busca reflexionar, analizar y hacer consideraciones sobre el proceso que implica vivir, hacer, escribir y narrar con y desde la antropología cuando uno es el “Otro”.

**Palabras clave:** Narrativa, Etnografía, Antropología, Alteridad, Posiciona-  
lidad.

## **1. Como é que eu sou como autora?”**

A pergunta acima surgiu em uma entrevista (DAMÁSIO, 2015) que realizei com a professora Soraya Fleischer intitulada: “Quais são os desafios para escrever durante o curso de graduação em Antropologia?”. Naquele momento eu estava iniciando meu primeiro projeto de iniciação científica, e tentando aprender como narrar, escrever, contar com e a partir da antropologia. Toda as inquietações levantadas naquela entrevista me acompanharam para além da graduação e ganharam corpo ao longo da pós-graduação. Percebo, com o fim do mestrado e início do doutorado, que aquelas inquietações em relação à narrativa não eram apenas

minhas, era um incômodo coletivo (de um coletivo). Tantas amigas (alguns amigos) me revelavam suas dificuldades em relação à escrita, narrativas e voz autoral.

A partir das considerações acima, esse texto não tem a intenção de dar respostas fechadas, mas refletir em conjunto com questões que me mobilizaram ao longo de uma pesquisa de campo realizada em Canto do Buriti-PI durante três meses entre minhas parentes-interlocutoras<sup>1</sup>. Nele busquei compreender etnograficamente concepções acerca do curso de vida, gênero e geração (DAMÁSIO, 2020). Com isso, me aproximo muito mais de um estilo ensaístico<sup>2</sup>, pois aposto que as perguntas levantadas são mais prolíficas para pensar os atravessamentos entre viver, fazer e escrever na antropologia, do que conclusões categóricas. Primeiro me aproximo de discussões que concernem em lidar com a proximidade para com quem pesquiso; em seguida sigo para o papel da antropóloga como narradora da própria família; pincelo discussões sobre métodos coloniais de pesquisa e possíveis descolonizações desses mesmos métodos; por fim considero como os modos de fazer antropologia não são unos (ou penso não o serem) em contexto nacional.

Gostaria de começar com uma pergunta que pode parecer simplória, mas creio que essas são boas e honestas para iniciar. Como eu era como escritora durante o curso de Ciências Sociais /Antropologia da graduação? Tive diversos contatos com textos incríveis, longos e impecáveis. Eram estilos diversos de descrever, narrar, produzir, mas outras perguntas sempre apareciam: Como eu poderia narrar dessa forma? Como uma antropóloga chegava àquele texto final? Creio que a pergunta poderia ser também outra. Como uma pesquisa virava texto? Apesar das perguntas estarem separadas, não eram processos separados. Muito pelo contrário, percebi com o tempo que eram processos intimamente inter-

conectados. Voltei então à pesquisa. Foi através da pesquisa, ou do aprender a fazer pesquisa, que tudo começou. O que chamamos de campo é algo literalmente vivo e desconhecido, não chegamos sabendo tudo (arrisco a dizer que sabemos pouco ou quase nada além daquilo que podemos conjecturar de forma ainda muito abstrata). A vida é extremamente experimental, cotidiana e artesanal (INGOLD, 2015). Nossas pesquisas também são. Muitas vezes o projeto inicial cai por terra e outros caminhos irrompem. Como muitas outras coisas na antropologia, aprendemos com um outro a fazer campo, assim como um dia aprendemos a narrar e escrever. Geralmente esse processo se dá com uma professora que esteja disposta a guiar, ensinar, direcionar e acompanhar. Se você tiver sorte (como tive) com a professora que encontrar, ela vai ensinar a elaborar seu primeiro diário de campo.

Seguimos com o segundo diário de campo, terceiro e assim por diante. É na escrita do caderno de campo ou diário de campo onde dei os primeiros passos na construção de narrativas escritas. Foi onde aprendi a narrar e escrever dentro dos parâmetros narrativos esperados para uma etnografia ancorada em um olhar, ouvir e escrever (OLIVEIRA, 1996.). Como Geertz (2008) apontava, a “prática etnográfica” está cunhada justamente na “descrição densa”, esta última, o objeto da etnografia. A etnografia pode ser considerada, por excelência, o que nos imputa autoridade enquanto antropólogas. Entretanto, narrar e contar histórias eram processos que atravessavam a vida antes da antropologia. Como argumenta Reck (1983, p.8) “humans are story-creating and story-telling animals. We live by stories, we remember by stories and we dream by stories. In a very real sense we domesticate this wild world of ours by narrative”. Se domesticamos o mundo pela narrativa, há diferentes maneiras de domesticar um mundo e contar diferentes versões sobre o mesmo. Domesticar é empregado aqui em um

sentido de trazer para dentro de casa, tornar caseiro, cotidiano. A etnografia, concomitantemente, é apenas uma forma dentre tantas de domesticação.

O campo foi guiado por três momentos muito diferentes narrativamente; o primeiro foi não considerar no início minhas parentes como possíveis interlocutoras para uma pesquisa de cunho antropológico; o segundo norteado por uma tentativa em tomar as minhas parentes como interlocutoras, ao mesmo tempo em que eu tentava me distanciar das narrativas que teci nos diários de campo sobre elas; o terceiro foi me “afetar” (FAVRET-SAAD, 2005) ao ponto de não conseguir escrever sobre os minhas parentes-interlocutoras. Após sair de campo pude considerar esses três momentos citados acima e refletir sobre o porquê de os mesmos terem ocorrido.

Me apegarei nesse texto principalmente ao terceiro e ao pós campo. O pós campo pode ser lido aqui como uma continuação do campo em Canto do Buriti. Ao voltar para Brasília<sup>3</sup> percebi que minhas parentes continuariam sendo fontes inesgotáveis de reflexões, contribuições e análises para a pesquisa. O campo, nesse sentido, não se encerrava com o tempo arbitrário e geográfico, ele era um-campo-em-processo-de-vida. Apenas me “afetar” (FAVRET-SAAD, 2005) não era suficiente para o campo entre parentes. E esse processo ganhou outro contorno no instante em que percebi ser necessário guiar minha narrativa para além de termos emocionais e reflexivos, mas também colocar na balança minha forma de pensar o campo com-entre parentes a partir de possíveis conexões e diálogos com teorias antropológicas contemporâneas vigentes.

## 2. Depois do campo

Em campo percebi que eu vivia em um estado que se dava a partir das sobreposições dos papéis que eu assumia. Eu era neta, filha, sobrinha, antropóloga e a *tomadora de conta*<sup>4</sup> da minha avó. Todo esse processo acabou me transformando, transformando minha pesquisa, mas também mudaram minha percepção sobre meus parentes, família e narrativa. Da mesma forma, acabei reconfigurando a paisagem narrativa da minha família com os “segredos” que descobri em campo. Esses momentos poderiam ser lidos como um processo de abrir marcas na minha forma de ver a vida, assim como na dos meus parentes.

Um desses foi justamente quando em Canto do Buriti liguei para falar para minha mãe que minha avó tinha dito que meu avô não era um “santo”. No mesmo instante minha mãe disse: “Não quero saber desse assunto”. Após voltar para Brasília retomei essa discussão com minha mãe. Ela afirmou, categoricamente, que eu não tinha o “direito” de ter dito isso para ela, pois de alguma forma eu havia “manchando” a imagem do meu falecido avô. Como era ser uma antropóloga que manchava narrativas de família e *origem*<sup>5</sup> com uma pesquisa? Como era ser uma antropóloga que reconfigurava, tecia e costurava essas narrativas de outra forma? Ao estar entre o que passei a chamar de parentes-interlocutoras eu me inseria como uma parente-antropóloga. Esses múltiplos papéis em campo deslizavam para tensionamentos e fricções que eu criava com uma pesquisa. Era um processo que perpassava múltiplos corpos, vidas e biografias.

Depois dessa conversa minha mãe chorou e percebi que eu tinha constituído uma outra paisagem para a narrativa inicialmente fixada da vida do meu avô pela minha família. As fronteiras na pesquisa estavam borradas, os limites das narrativas e os impactos delas entre meus parentes entravam na ordem da falta de controle.

Mas em algum momento temos controle sobre uma pesquisa ou apenas fingimos ter? Em algum momento esse limite arbitrário que construí para entender o campo entre parentes-interlocutoras X parente-antropóloga existiu? Ou esse limite sempre foi artificial?

Em outros dias do campo eu me afastei das minhas parentes, suas vidas, problemas, confusões, risadas e definitivamente me protegia das narrativas que chegavam até mim justamente por minhas sobreposições de papéis. Eu comecei a sofrer com as confusões causadas pela pesquisa e via meu campo tomando contornos que eu não sabia guiar. Como uma parente-antropóloga eu criava espaço também para conflitos. Foram inúmeras as vezes em que insisti em determinado assunto, questioneei uma colocação de alguma parente-interlocutora ou fofoquei sobre alguma integrante da família. Talvez minhas parentes não pudessem fechar a porta na minha cara, pois o parentesco criava relações de direitos, obrigações e reciprocidades. Ao negar dialogar comigo (enquanto neta, filha, sobrinha e antropóloga) estariam também negando nossa relação, nosso parentesco, nossas potenciais trocas futuras em família. Era possível fazer uma etnografia em meio a discordâncias e atritos. Em outros dias eram apenas ocasiões entre meus parentes sem analisar muito, apenas guiada pelos nossos ritos de comensalidade. Nesses dias de domingo em família eu pensava que a vida (e a pesquisa) tinham dessas coisas (confusões, recriação de novas narrativas para a família, conflitos, risadas).

Em campo conversamos, vemos, percebemos, sentimos, escutamos as pessoas, construímos narrativas nos nossos cadernos de campo e diários de campo. São sequências que desencadeiam a transição das narrativas orais para as narrativas do papel. Com a análise dos diários de campo categorias começam a aparecer. E categorias podem ser histórias, recorrências, unanimidades, ex-

ções. Tudo depende do material que a antropóloga construiu ao longo da pesquisa e da intenção. Quais narrativas ela escreveu, quais narrativas ganharam proeminência, quais narrativas a autora decidiu levar para seu texto final, quais histórias decidiu deixar de fora nesse processo. Tudo isso entra no cálculo de como vamos montando nossas narrações etnográficas.

Ao voltar para Brasília foi a hora de confrontar a escrita e construir uma narrativa para a qualificação e em seguida para a dissertação. Para a qualificação resolvi inicialmente escrever cartas. Carta às Lembranças, Carta à Rosa, Carta à minha mãe, Carta à Elas, Carta ao Mundo, Carta à tia Itamar, Carta ao tio Carlinho e tia Conceição, Carta à Viver na Melhor Idade e Carta ao Público. Foi a forma que tentei construir um espaço de intimidade para narrar sobre minhas parentes. As cartas pareciam, pelo menos naquela época, um espaço para que eu podia olhar para elas e para narrativa com um pouco mais de carinho. O que quero dizer com isso? Eu precisava de uma forma em que narrar sendo próximo fosse possível. Eu enfrentava um bloqueio de escrita muito grande. De onde vinha esse bloqueio? Durante a banca de qualificação do mestrado a professora Maria Luiza Rodrigues Souza questionou, após eu apontar que tive muita dificuldade para escrever a qualificação, “Do que você está com medo?”. Ela apontava isso para a forma que escrevi as cartas, mas também para as fotografias que tirei ao longo do campo. Em muitas delas minhas parentes-interlocutoras estavam de costas. Por que eu não mostrava os rostos?

### **Carta à Rosa**

#### **Depois de Julho**

#### **Depois do Campo**

Rosa, como você está? Tenho torcido para que bem. Espero que Itamar tenha chegado

e lhe dado a encomenda. Eu estava viajando, mas pedi que minha mãe enviasse os dois pacotes de macarrão. Não lembro bem qual era a marca que você queira. Lembrei do dia em que estávamos caminhando para o “grupo da física” e você disse que aí em Canto do Buriti não tinha “marca de macarrão que prestasse”. Sorri ao lembrar do seu comentário no dia em que você proferiu as palavras e sorri agora a pouco também. Só não tive como enviar a lentilha, pois minha mãe disse que não achou no supermercado aqui próximo. São dois quilos de macarrão, espere que dê para um tempo. (DAMÁSIO, Trecho do texto de Qualificação, 2019).



(Meu tio-avô Carlindo em sua roça. Canto do Buriti-PI. 2019. Foto da minha autoria)



(Minha avó Anita indo para a casa da minha tia Itamar – irmã da minha avó. Canto do Buriti-PI. 2019. Foto da minha autoria)

As fotografias acima (e que foram apresentadas na qualificação) apontam isso. Eu estava o tempo todo atrás das minhas parentes, evitava olhá-las de frente, evitava me olhar. O processo fotográfico, assim como o narrativo, é composto também por um aspecto de quem cria, quem pode criar e quem tem direito de realizar a imagem-narrativa de um “Outro” (MIRZOEFF, 2016). Percebo que, por eu também pertencer à família que eu pesquisava, havia uma dimensão da experiência antropológica incorporada anteriormente (através de aulas, textos e afins) que dizia que eu deveria pensar em minhas interlocutoras como um “Outro”. Esse último sentido de “Outro”, aqui empregado, diz respeito a alguém que sai do campo, volta para casa e consegue se distanciar para narrar. Esse “Outro” pode ser encarado também como alguém de fora das cenas do cotidiano íntimo da antropóloga, de dentro de casa, das trocas imediatas e do parentesco.

Entretanto, percebi que não havia como eu me retirar do

campo, pois o campo era um processo-de-vida. Jerome Bruner (1991) auxiliou a pensar no processo de narrativa como um processo de vulnerabilidade tanto do interlocutor, quanto de quem pesquisa. Se a narrativa é um espaço de encontro em vulnerabilidade (e de vulnerabilidades), esse é um processo de multi-vulnerabilidades em que as pessoas envolvidas (interlocutora e antropóloga) são transformadas e transformam em processo suas formas de narrar. E foi justamente o que ocorreu, como apresentarei mais abaixo.

Aquela frase da professora Maria Luiza Rodrigues Souza me acompanhou por muito tempo, inclusive na escrita da dissertação e de tomar decisões sobre como narrar. As cartas abriram margem para que eu pudesse explorar minhas emoções, confusões, conflitos, não entendimentos. Eu assumia que o formato capítulo por capítulo, de alguma forma, não contribuía para que eu pudesse me expressar. Ao mesmo tempo, eu achava que as cartas não eram exatamente a forma como eu queria narrar, mas sim a forma pela qual consegui narrar naquela ocasião. Assim, decidi abandonar as cartas e ao longo da dissertação (um pouco mais confortável com o desconforto) escrever de forma mais clássica, com a delimitação de capítulos. No instante de escrever a primeira página do primeiro capítulo iniciei da seguinte forma:

### ***O Desembarque***

Anoiteceu. Era 11 de março de 2019. Eu havia superado o calor inicial assim que chegamos em Canto do Buriti, mas já estava no meu segundo banho. Minha avó estava sentada na sua cadeira de corda vendo a novela das nove<sup>6</sup> enquanto fumava seu cachimbo. Na viagem de Brasília para cá ela pareceu um pouco ansiosa, mas eu não poderia dizer com certeza. Eram

as primeiras 24 horas que eu passava sozinha com minha avó na minha vida. Assim, eu apenas supunha. Me vesti, jantamos e ela voltou para a mesma posição. Foi então que recebi uma ligação telefônica da minha mãe. Após ela indagar sobre como tinha sido nossa viagem, como estava a casa da minha avó, como ela estava se sentindo, veio a pergunta que eu tanto temia: “Sua avó já banhou?” (DAMÁSIO, 2020, p. 45).

Comecei com o que eu tentava apagar, comecei com o conflito com minha avó, com as brigas, com o dia em que percebi que minha família estava dentro da minha pesquisa. Voltei a ler meus diários de campo e vi que nos primeiros dias em Canto do Buriti eu tratava minhas parentes-interlocutoras pelo primeiro nome (Anita / Itamar) e não como pessoas que faziam parte do meu grupo de parentesco e como costumeiramente eu as chamava (Vó / Tia). A forma de nominar nos diários de campo foi imprescindível para que eu percebesse a mudança do meu olhar com relação as mesmas. Pensei que eu temia apenas realizar uma pesquisa entre parentes, mais tarde entendi que era um incômodo um pouco mais profundo. Para escrever sobre minhas parentes-interlocutoras eu teria que escrever, por fim, sobre mim. Não apenas sobre mim enquanto antropóloga, mas como alguém que fazia parte da narrativa-paisagem. Contar sobre elas como parentes, era contar sobre mim como parente. Expor as histórias delas, era expor histórias que estruturavam minha subjetividade para além da antropologia. Era, em algum sentido, colocar na praça o que é socialmente lido como pertencente à casa (GOMES; MENEZES, 2008).

Como Walter Benjamin (1994, p. 205) afirma, o narrador se encontra em dois grupos distintos. O que viaja e volta com

histórias para contar sobre outras terras e o que vive em determinado local e consegue transmitir o que sabe através das experiências vividas. A narrativa, em suas palavras, “é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele". A narrativa é tomada aqui como um processo que é produzido, reinterpretado e composto através da vida de quem narra. Como processo que vem do mundo para dentro do indivíduo e em seguida é devolvido para esse mesmo mundo.

Dessa forma, como eu poderia me inserir nas narrativas? Afinal, antropólogas também falam de si ao narrar sobre o “Outro”, mas havia uma diferença que creio que o campo entre parentes em algum sentido ajudou a esgarçar. O artista plástico José Leonilson começou em 1990 a gravar em fitas cassete um diário íntimo. A ideia dele era registrar suas memórias e lembranças atreladas ao seu trabalho como artista. Entretanto, seu cotidiano é abalado e transformado narrativamente ao descobrir ser portador do HIV. Assim, “A Paixão De JL” virou um documentário que nos brinda intimamente com o retrato de uma vida atravessada por sofrimentos, amores, paixões, religiosidade, enfim, sobre tentativa de continuar existindo. Em uma dessas fitas ele afirmou após ver “Paris, Texas: “Os meninos bonitos são o lugar que eu estou procurando, mas, como no filme, eles passam apenas como uma paisagem linda no meu caminho”. Enquanto ele narrava, ao mesmo tempo vi imagens do deserto passando e faziam questionar a paisagem presente, as pessoas que passavam, como ele também que observava passou.

Essa frase fazia sentido para que eu pudesse pensar o processo de narrar em uma etnografia entre parentes. Voltei aos

meus diários de campo e vislumbrei tudo que deixei lá, tudo que construí narrativamente. Antropólogas são observadoras de uma paisagem narrativa e escrevem a partir e com ela. Lembram com ela, são mobilizados por ela. Fazem dessa experiência um texto. Mas fui para o campo com minha parente (avó), estava em campo entre minhas parentes (avó, tia-avó, tio-avô, primas, primos), saí do campo voltando com elas (minha avó e tia Itamar) e meu campo não estava encerrado (morava com minha mãe, convivia com minha avó, tias, primos) com a delimitação geográfica do “estar lá”. Quando a antropóloga não faz parte do “Nós” (enquanto “Nós” entendam aqui especificamente como integrante de um grupo de parentesco) ela narra ao olhar para uma paisagem viva que contém pessoas, histórias, afetos, coisas, relações e etc. Quando a antropóloga faz parte do grupo de parentesco que pesquisa, ela é a própria paisagem que narra. Construir uma narrativa era me inserir no que chamo aqui de centro da narrativa-paisagem, ou melhor, percebi com o tempo que eu nunca havia sido retirada dela.

E isso gerava alguns conflitos. O que narrar sobre minha família e como narrar, já que esse “Outro” também sou eu? Como Said (2011, p. 11) afirma, o “poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos”. A necessidade de criar um “Outro”, de construir quem tem autoridade de narrar sobre esse “Outro”, é também uma intenção técnica, epistemológica e narrativa de criar fronteiras para imputar uma ideia de que assim se faz uma “ciência de fato”. E por que ainda há antropólogas que ainda operam dessa forma se sabemos que o que construímos são “ficções persuasivas” (STRATHERN, 2013)? Por que eu ainda construía esse “Outro” mesmo em meio as pessoas que constituíam meu “Eu”? Isso está encarnado na estrutura colonial da qual a disciplina fez parte. Naquele con-

texto houve a demarcação do que seria o objeto de interesse da antropologia. Esse não seria o do lado de cá do oceano, o de lado de casa. Esse seria o distante, o radicalmente diferente, seria, por fim, o “Outro”. E por mais que não pesquisemos mais um “Outro” radical, esse “Outro” ainda constitui o imaginário ao longo dos processos de construir pesquisas etnográficas.

É nesse sentido que creio que a ideia de “halfies” e “mestiza” são boas para pensar minha posicionalidade em campo. Como colocada por Lila Abu-Lughod (2018), “halfies” estava mais atrelada à produção etnográfica, indicando assim como é fazer pesquisa a partir de pessoas que estão no meio, entre mundos (no contexto da autora o que diz respeito a identidades nacionais do tipo nipo americano). Já “mestiza” (ANZALDÚA, 2005) dizia respeito a uma pessoa que organizava a vida entre-fronteiras e nisso, mundos, mais de dois até, estavam em tensão e fricção criando uma outra condição existencial. A minha posição enquanto criadora de narrativas-paisagens derivava então da posição de alguém que se encontrava entre-fronteiras, entre mundos muito diferentes e que por vezes não conversavam amplamente.

Eu era a primeira universitária entre minhas parentes, assim como a primeira mestra e doutoranda. Eu era a mais “clara” entre minhas parentes, majoritariamente mulheres negras. Eu também não tinha filhos ou marido (aspectos que eram considerados entre minhas parentes-interlocutoras importantes para a constituição de uma pessoa). Ao mesmo tempo, eu estava imersa nas narrativas das minhas parentes como um parâmetro para outras parentes mais novas de exemplo de alguém que travou uma trajetória de “sucesso”. Com isso, mais um dilema aparecia no horizonte. Como construir narrativamente um texto que fizesse sentido para academia (meus pares), mas também para minhas parentes-interlocutoras? Esse movimento é possível sabendo que a disciplina estrutura seu

conhecimento a partir de uma matriz colonial (ASAD, 1973)?

Isso resvalava em questões mais incômodas. Como a nova geração de antropólogas (principalmente a geração constituída pós REUNI)<sup>10</sup> que não veio de uma elite acadêmica ou econômica lidava com o processo de falar antropologicamente de um “Outro”, quando na verdade esse “Outro”, historicamente produto de interesse da antropologia brasileira foi ela? Bom, temos aí uma questão política em jogo sobre quem são esses “Outros” dentro da antropologia brasileira. Historicamente poderíamos chamá-los de pobres, indígenas, camponeses, negros, quilombolas, ciganos. Esses seriam nossos “Outros” internos. Em oposição, esse “Eles” da antropologia brasileira seria historicamente o branco. Como cirurgicamente coloca Luena Pereira:

Assim, a antropologia do ponto de vista nativo, ou seja, do antropólogo ou antropóloga brasileira que estuda seu próprio país, como uma característica fundante da antropologia brasileira, só seria pensável enquanto antropologia feita, internamente ao Brasil, baseada em uma alteridade interna entre os tais “nós, antropólogos” e seus outros, negros, índios, pobres e camponeses. Pois, afinal, somos “os outros” da nação. Com isso quero dizer que a antropologia brasileira vem traduzindo por alteridade ou distância cultural diferenças que estão calcadas também em distinções de raça, classe e território. As afirmações de Peirano quanto à necessidade de alteridade para a construção da antropologia não deixam claro em que nível podemos situar esta alteridade. Esta é uma ideia disseminada que naturaliza o lugar do antropólogo ou antropóloga como um “nós” que é profundamente marcado pelo lu-

gar racial da branquidade, e social da urbanidade supostamente cosmopolita, de classe alta ou média alta, do sul e sudeste brasileiro (e Distrito Federal). No momento em que o “outro” emerge como um pesquisador, ele ou ela precisa urgentemente situar-se enquanto um pesquisador ou pesquisadora explicitando sua posição e pertencimento ao seu universo de pesquisa, correndo constantemente o risco de ser deslegitimado pela extrema proximidade, ou pela “militância” (PEREIRA, 2020, p.9).

Historicamente, a distância é inclusive um método de construir conhecimento na antropologia (para pesquisar, escrever, pensar, analisar – como se a proximidade de alguma forma contaminasse a construção do que se deseja conhecer). É ensinado que é preciso se aproximar, mas em seguida se distanciar para conhecer (em alguns casos tanto geograficamente quanto epistemologicamente). Como coloquei anteriormente, esses processos de distanciamentos não eram possíveis com minhas parentes.

Nathan Virgílio (2018) pesquisou entre seus avós e procurou entender as relações de criação que envolviam pessoas, bichos, plantas, territórios e paisagens. Na sua etnografia é interessante perceber como as categorias “espionar” e “ajudar” são utilizadas para realizar metodologicamente uma pesquisa entre seus parentes. Não é preciso que haja necessariamente uma “objetificação” ou distanciamento de um “Outro” para conhecê-lo. Em uma conversa com o autor, perguntei sobre as categorias citadas acima e ele afirmou que poderíamos pensar em uma “Antropologia da Ajuda”, ou uma Antropologia feita a partir de ajudas mútuas e não apenas interlocução. O que procurei apontar em “Fazer-Família e Fazer-Antropologia” (DAMÁSIO, 2020) foi justamente considerar que, para pensarmos um processo de descolonização das met-

odologias antropológicas, temos que pensar e construir um acervo de pesquisa voltado para uma “Antropologia da Aproximação”<sup>11</sup>.

Em campo, ao ser um “Outro” que narra sobre si, o dispositivo de tentar pensar em um grupo como “objeto” de interesse ou “distante” desabou no momento de construir minha narrativa. Nessa perspectiva em que sou também a narrativa-paisagem da minha família, me vejo como um “sujeito” imerso nesse “Outro” historicamente construído pela antropologia brasileira. Todo esse processo de ser o “Outro” que narra pode ser extremamente doloroso e confuso. Eu enfrentava o dilema em saber o que mostrar e o que esconder em relação à minha família. Assim como não eu não sabia como transpor minhas parentes-interlocutoras (e a mim) para o papel. Como o antropólogo Felipe Sotto colocou, há diversos processos de invisibilidade com a tentativa de ser um indígena na academia.

Como já disse, o acesso é um passo importante, mas fazer da universidade um espaço plural envolve muito mais. Seria preciso rever cursos, repensar espaços de discussão e incrementar currículos. Seria preciso uma verdadeira abertura epistêmica, desfazendo a episteme que está atualmente em curso nas universidades, que é altamente monolítica, isto é, fechada tanto para outras formas de conhecimento como para o próprio Outro. Boa parte da problemática de se abrir para o Outro e olhá-lo de forma igual está na necessidade de, primeiramente, reconhecê-lo como tal – diferente, mas equivalente – ou ao menos de reconhecê-lo como alguém que tem algo a dizer e permitir que esse algo seja dito, sem benevolência, sem condescendência (SOTTO, 2016, p. 10).

### 3. Uma reconciliação com a escrita?

Devemos voltar um pouco atrás nesse processo de construir uma narrativa que ressoa tanto no papel da antropóloga. Historicamente quem sempre escreveu em nossa sociedade foram homens. Como apontou Virgínia Woolf (2014, p. 73, 1929), “Na verdade, arrisco-me a dizer que Anônimo, que escreveu tantos poemas sem cantá-los, com frequência era uma mulher”. O processo histórico de ser uma anônima narrando resvala na nossa autoestima enquanto criadoras de narrativas. E quando além de mulheres também somos negras, periféricas, lésbicas, mães? E quando por muito tempo na antropologia o “Outro” fomos nós? Isso precisa ser colocado na mesa quando estamos falando em criar narrativas dentro da antropologia, fazer pesquisa e construir uma voz autoral enquanto antropólogas.

Nossa biografia não está separada da nossa forma de escrever e construir narrativas na-com a antropologia. Nós fazemos e criamos a partir dos nossos corpos, materialidades, sonhos, atravessamentos e ancestralidades. Tudo isso influencia diretamente na forma de narrar. Escrever pode ser inúmeras coisas e não é por ser muitas coisas que ela não é coisa alguma. Não acho que o processo de escrever deve ser tomado como individual ou individualizado, mas pensado em como “Nós” sendo esse “Outro” escrevemos e que tipo de negociações estamos dispostos a fazer para sermos ouvidos sem benevolência ou condescendência, mas também sem negar ou apagar quem somos e fomos nas narrativas que construímos (e que foram construídas sobre nós). Voltando às fotografias que eu trouxe anteriormente, como não fotografar minhas parentes de costas?

Escutei de um amigo que o ato de escrever não poderia ser romantizado e poderia muito bem ser encarado como um trabalho diário, um esforço contínuo de manter a mão aquecida. Posso en-

tão vislumbrar nessa breve consideração que o ato de escrever pode ser romântico, pode não ser romantizado, pode vir de um trabalho contínuo e diário, pode vir de pequenas vontades de escrever em algumas semanas e em outras não. Tudo depende então de como fomos socializados no escrever. Para mim, por exemplo, escrever nunca foi um espaço de conforto, sempre foi um processo perpassado por uma angústia e sensação de deslocamento. Durante a escrita da dissertação eu não compreendia o porquê disso. Só compreendi após o término da mesma e com a elaboração desse texto que a escrita pode ser um espaço de sofrimento, inclusive. Pode ser um espaço que convida a sofrer em conjunto ao papel e que faz criar em meio a isso (inclusive a raiva, ódio e luto).

Angela Davis (1974) em sua autobiografia escrita aos seus 28 anos logo após passar pelo processo de encarceramento mostrou que escrever enquanto um “Eu” não fazia sentido, pois a escrita dela era coletiva e só faria sentido se coletivizada. Quando narramos dentro da academia somos demarcados por “Eles” como os “Outros”, aqueles que por vezes são muito “militantes” ou “políticos demais” ao narrar, ou que fazem uma “quase antropologia”. Afinal, antropologia e política não se misturaram historicamente (inclusive em seu empreendimento colonial)? Bom, a disciplina é conhecida por travar algumas batalhas ao lado dos povos que historicamente pesquisou. Com isso, antropologia, militância e política pareceram processos interconectados, mas por que esses seriam termos utilizados para desqualificar a produção quando vem desse “Outro”?

Os anos 1970/80 na antropologia foram um terreno extremamente rico e frutífero para pensar alteridade, posicionalidade, escrita e pincelar que antropólogas constroem “verdades parciais” (CLIFFORD, 2016). Entretanto, algumas antropólogas lidam com esse debate como se superado fosse. Como Lila Abu-Lughod

(2018, p. 198) colocou, “James Clifford (1986a, p. 6), entre outros, tem argumentado de modo convincente que as representações etnográficas são sempre “verdades parciais”. O que precisa haver é um reconhecimento de que elas são também verdades posicionadas”. Não é por acaso que esses “Outros” da antropologia têm reavivado e revisitado essas reflexões.

Enquanto esse “Nós”, estamos academicamente o tempo todo procurando compreender o nosso próprio ritmo de escrita e fazer uma narrativa com um corpo que é também um território dentro da antropologia. O que venho apontando até aqui é o processo de tomada de consciência de como é narrar a partir de quem se é. Escrevemos com e a partir das experiências vividas em campo, mas a narrativa não é dissociada da vida e não precisa ser apresentada dessa forma. Todas essas questões colocadas até agora me fizeram compreender como eu gostaria de narrar. Ou que tipo de narradora eu gostaria de ser dentro da antropologia. Ou ainda, para quem eu gostaria de narrar. Voltamos a pergunta inicial desse texto: “Como é que eu sou como autora?”. A resposta mais honesta que posso dar? Eu ainda não sei. Esse nunca foi um espaço da minha família. Estou aprendendo em processo, com e a partir das minhas parentes-interlocutoras e da antropologia, que narradora eu quero ser. Ademais, apesar de não saber que narradora eu sou, sei, hoje, a partir de onde narro.

Conhecer a própria posição dentro das antropologias<sup>12</sup> produzidas nacionalmente é essencial para o ato de narrar. Sempre me surpreendo com pessoas que tem uma relação cem por cento bem resolvida com a própria escrita. Fico pensando em como para mulheres é-foi difícil escrever, pessoas negras, indígenas e etc. A própria socialização dentro da escrita pode ser extremamente violenta e expropriadora. Me convenço, por fim, que não precisamos passar por um processo de reconciliação com as narrativas que

foram produzidas por e sobre nós (enquanto “Outros”) e tampouco com as narrativas que produzimos com-na antropologia. Esse pode ser um espaço de batalha, incômodo e desassossego. Ele pode ser utilizado, inclusive, como estratégia para fraturar o modo como aprendemos a narrar antropológicamente sobre esses “Outros”.

É nessa posição que me peguei fazendo perguntas semelhantes a Anzaldúa (2000, p. 230): “Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato — esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever?”. Somos esses “Outros” que insistem em narrar e, por vezes, nesses parâmetros que podem ser alienígenas a nós. Nosso posicionamento enquanto o “Outro” abre margem para pensar outras perguntas, outras conclusões, outros caminhos possíveis da e na antropologia feita a partir do Brasil. Como Anzaldúa (ibidem, p. 234) disse, “Não é no papel que você cria, mas no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos — chamo isto de escrita orgânica”. É preciso expor o que temos dentro de nós em uma tentativa de fazer sentido para nós mesmas quando narramos, criamos, diluímos, revolvemos, espaçamos e redefinimos as fronteiras dos “Outros” internos.

Nossa narrativa enquanto esse “Outro” advém do que pode ser entendido com o que Conceição Evaristo (2006) intitulou de “escrevivência”. Em uma pausa durante a escrita da dissertação em 2020 eis que procurei uma companhia para mais um dia de isolamento em casa. Entre as andanças pelas bibliotecas públicas virtuais, editoras e sites de resenhas tropecei em “Becos da Memória”. Postei para saber quem teria o livro e eis que uma amiga solidariamente compartilhou seu arquivo comigo. Sendo levada pela curiosidade e pelo burburinho sobre o mesmo resolvi em uma tarde de sexta-feira acompanhar Conceição. Segurando

em suas mãos, gestos, lembranças e palavras foi que me percebi abruptamente tomada por lágrimas. Minha mãe ao me ver assim indagou: “O que tá acontecendo, minha filha?”. Respondi ainda em meio ao assombro que Conceição tinha acontecido. Eu fui levada para um lugar tomado pelo “desfavelamento”, mas também para um espaço bem anterior. Fui levada para a roça, para as plantações de algodão, para os senhores, para as patroas. Fui levada ao encontro das pessoas que estavam e estão em cada parte desse país que sentiam falta, fome, dor, tristezas, perdas inomináveis. Fui guiada para pequenos encontros de alegria.

Em meio a tudo isso Conceição afirmava que a vida acontecia. A vida era a matéria que Conceição tinha a sua frente para escrever e viver. Ela nos apresentava a sua “escrevivência”. Esse conceito firma que o corpo produz de uma posição demarcada por raça, classe, escolaridade, ancestralidade, historicidade e tantos outros movimentos. Viver, fazer, escrever e narrar são processos que não estão separados. É a partir das nossas “escrevivências” que podemos afirmar que não precisamos que nos deem vozes ou ouvidos, pois somos nossas próprias bocas, orelhas, mãos, estômagos, olhos e pés. As perguntas não são por acaso, elas são parte das inquietações, do que borbulha por dentro e sai procurando um lugar ainda incerto. Se Luena Pereira (2020) coloca “Nós quem cara pálida?” e Felipe Sotó (2016) encerra sua discussão com “Quem tem medo dos índios antropólogos?”, minha última questão seria “Quem na antropologia tem medo dos olhos, ouvidos, mãos e pés do Outro?”.



(Tia Conceição em pé - esposa do meu tio-avô Carlindo que está de costas, tia Itamar acenando, avó Anita de blusa rosa. Canto do Buriti. 2019. Foto da minha autoria).

**Notas:**

1. “Parente” nesse contexto é a nominação dada as pessoas que descendiam de um mesmo antepassado em comum (AUGÉ, 1978). Todos os nomes das minhas parentes-interlocutoras aqui utilizados são verdadeiros e contam com a autorização das mesmas para divulgação.

2. Haveria ainda a opção de me aproximar da autoetnografia para formular as questões aqui colocadas, mas minha intenção nesse momento não é compor uma autoetnografia ou autobiográfica. Me aproximo muito mais de uma etnografia no sentido colocado por Mariza Peirano (2008, p. 3): [...] “etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida”. É por esse espaço que transito.

3. Quando me refiro aqui a “Brasília”, estou me referindo ao espaço geográfico entendido como Distrito Federal - DF e seu Entorno.

4. Todas as palavras em itálico são categorias êmicas.

5. *Origem* é uma categoria êmica que se refere principalmente a Canto do Buriti e trabalha em oposição ao *mundo* (que em campo é categoria ligada principalmente a Brasília e São Paulo). Nesse sentido, o *mundo* é tudo o que não é a *origem*.

6. O Sétimo Guardião é uma telenovela brasileira produzida pela Rede Globo, e exibida de 12 de novembro de 2018 a 18 de maio de 2019, em 161 capítulos e escrita por Aguinaldo Silva. Novela “das nove” é como nominamos novelas que vêm ao ar depois das 20:00 horas. Geralmente depois do Jornal Nacional.

7. Banhar é o equivalente a ir tomar banho.

8. “A paixão de JL” contou com a direção de Carlos Nader, que também foi o roteirista. O filme foi lançado mundialmente em 3 de dezembro de 2015.

9. Paris, Texas é um filme franco-germânico de 1984, do gênero drama, dirigido por Wim Wenders. O roteiro é de L. M. Kit Carson e Sam Shepard; os temas musicais foram compostos por Ry Cooder e a direção de fotografia é de Robby Muller.

10. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) é um programa instituído pelo Governo Federal do Brasil através do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Apresenta-se como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação (MEC), lançado no mesmo período, com o objetivo de duplicar a oferta de vagas no ensino superior no Brasil.

11. A constante experiência em fazer uma etnografia com-entre

minhas parentes-interlocutoras resvalou em fazer uma etnografia voltada também para a aproximação das mesmas em níveis afetivos, psicológicos, históricos, familiares, ancestrais e não necessariamente por um distanciamento-acirramento das nossas diferenças. Era preciso considerar o que nos consolidava como próximas. A aproximação, descobri, era capaz de fazer com que de certa forma, eu que vivia no mundo, me visse ao final da pesquisa como parte integrante das minhas parentes e daquela família. Assim, a aproximação era consituída em dois movimentos contíguos, fazer-antropologia enquanto eu fazia-família.

12. Aqui me refiro principalmente a três grupos que separam em 1) antropólogos brancos, 2) antropólogos indígenas e 3) antropólogos negros. Assinalo uma maior aproximação entre os dois últimos grupos (2 e 3) tanto em filiações teóricas, perspectivas e incômodos tanto em relação à antropologia historicamente produzida em contexto nacional. Não quero com isso criar fronteiras e acirramentos entre os grupos, mas assinalar que a antropologia brasileira não é marcada por uma coesão ou consenso, tanto em nível político, epistemológico e no seu fazer.

### **Referências:**

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. *Equatorial*, vol. 5, nº 8, 2018, p. 193-226.

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, vol. 8, nº1, 2000, p. 229-236.

\_\_\_\_\_. La conciencia de la mestiza/ rumbo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, vol.13, nº 3, 2005, p. 704-719.

ASAD, Talal. *Anthropology and the colonial encounter*. New York: Humanities Press, 1973.

AUGÉ, Marc (dir.) *Os Domínios do Parentesco* (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 2), 1978, (trad. Ana Maria Bessa, Les Domaines de la Parenté, Librairie François Maspero, 1975).

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BRUNER, Jerome. *The narrative construction of reality*. Critical Inquiry 18, 1991, pp. 1-21.

CLIFFORD, James. *Introdução: Verdades Parciais*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, EdUFRJ, 2016.

DAMÁSIO, Ana Clara. Fazer-Família e Fazer-Antropologia: uma etnografia sobre cair pra idade, tomar de conta e posicionalidades em Canto do Buriti-PI. 2020, 206 f. Dissertação (*Mestrado em Antropologia Social*) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

DAMÁSIO, Ana Clara. Quais são os desafios para escrever durante o curso de graduação em antropologia? *Revista Textos Gradua-dos*, vol. 1. n.º 1, 2015, p. 1-14.

DAVIS, Angela. *Angela Davis: An Autobiography*. New York: Bantam, 1974.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, vol. 13, n.º13, 2005, p. 155-161.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. 1 ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Edlaine. MENEZES, Rachel Aisengart Menezes. *Etnografias possíveis: “estar” ou “ser” de dentro*. Ponto Urbe, vol. 3,

2008.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. ETD. *Educação Temática Digital*, vol. 18, nº 4, 2016, p. 745-768.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista De Antropologia*, vol. 39, nº 1, 1996, 13-37.

PEIRANO, Mariza. Etnografia ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, vol. 1, nº 2, 2008.

PEREIRA, Luena. Alteridade e Raça Entre África e Brasil. *Revista De Antropologia*, vol. 63, nº 2, 2020, p. 1-14.

RECK, Gregory. Narrative Anthropology. *Journal Anthropology and Humanism Quarterly*, vol. 8, 1983, p. 8-12.

SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOTTO, Felipe. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. *Série Antropologia*, vol. 456, Brasília: DAN/UnB, 2016.

STRATHERN, Marilyn. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

VIRGÍLIO, Nathan. Pensa que é só dar o de-comer? Criando e pelejando com parente e bicho bruto na comunidade do Góis-CE. Dissertação. *Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional*. UFRJ, 2018.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.